

**ILMO. SR. PREGOREIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO,
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

**IMPUGNAÇÃO – com fundamento principal no artigo 41,
parágrafos 1º e 2º da Lei 8.666/1993.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2018

PROCESSO N.º: 116867/2018

OBJETO: “Contratação de empresa para a prestação de serviços de administração, controle e gerenciamento do abastecimento da frota de veículos através de cartão eletrônico ou magnético, para atender a demanda das Secretarias Municipais da Administração Municipal de Espumoso, RS.”



PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL

LTDA., com sede à Calçada Canopo, 11 - 2º Andar - Sala 03 - Centro de Apoio II - Alphaville - Santana de Parnaíba/SP - CEP: 06541-078, e-mail: editais@primebeneficios.com.br, por intermédio de seu procurador subscrito in fine, vem data máxima vênua, nos termos do §2º do Artigo 41 da Lei 8.666/93, apresentar as seguintes razões de **IMPUGNAÇÃO DE EDITAL**, consoante motivos a seguir determinados:

I – DA TEMPESTIVIDADE

No que diz respeito à apresentação de impugnações e pedidos de esclarecimento a edital, nas modalidades de licitação regidas pela Lei 8.666/93, vejamos as seguintes disposições da destacada Lei:

“Art. 41 - A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§1º. **Qualquer cidadão** é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no §1º do art. 113.

§2º. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o **licitante** que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Da leitura do disposto no art. 41, §1º, supra, temos que quando o sujeito ativo relativamente ao oferecimento de impugnação ao edital for qualquer cidadão, e, também, conforme se encontra disposto no edital no subitem 9.1, esta poderá ser apresentada em “até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação”, devendo a Administração apreciá-la em até 3 (três) dias úteis.

Ao passo que quando a impugnação for ato do licitante, que é o caso da ora Impugnante, poderá apresentá-la “até o segundo dia útil que anteceder (...) a abertura dos envelopes de habilitação” ou “a abertura dos envelopes com as propostas”, conforme for o caso.

Ainda, levando em conta que anteriormente à realização do certame ainda não se sabe quais particulares efetivamente participarão do certame e, serão então, denominados licitantes, idealmente se deverá acolher toda e qualquer impugnação apresentada dentro do prazo delimitado no §2º supra, eis que mais benéfico sob a ótica do ofertante; privilegiando-se, pois, o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Desta feita, é de se assinalar que a presente insurreição encontra-se TEMPESTIVA, uma vez que protocolada a mais de 3 (três) dias úteis anteriores a data da abertura da licitação, qual seja 21 de agosto de 2018, às 09:00hs.

II – DA LEGITIMIDADE DA EMPRESA

A Impugnante é uma empresa que exerce a atividade de gestão da manutenção e combustível de frota por meio de cartões magnéticos ou micro processados, consoante contrato social anexo.

Desta forma, como o procedimento licitatório é propriamente para Contratação de empresa para a prestação de serviços de administração, controle e gerenciamento do abastecimento da frota de veículos através de cartão eletrônico ou magnético, para atender a demanda das Secretarias Municipais da Administração Municipal de Espumoso/RS, resta evidente o real interesse da Representante, principalmente que tais irregularidades editalícias sejam sanadas.

O insigne jurista Carlos Ari Sundfeld, invocando o artigo 5º, inciso XXXIV, alínea “a” da Magna Carta, defende a possibilidade de qualquer pessoa, física ou jurídica, impugnar o edital, pois citado dispositivo garante o direito de petição aos Poderes Públicos, em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

“Art. 5º (...)

XXXIV: são a todos assegurados,
independentemente do pagamento de taxas:

- a. o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;”

III – DO PRAZO PARA RESPOSTA DA IMPUGNAÇÃO

Como regra, a impugnação ao edital não tem efeito suspensivo em relação à realização do certame. Mas, é obrigação da comissão de licitação respondê-la, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da sua interposição junto à Administração Pública, como determina o artigo 18 e seu § 1º, do Decreto nº 5.450/2005.

“Art. 18. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

§ 1º Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas”

Dessa forma, a comissão de licitação deverá apresentar resposta, no máximo até o dia **20/08/2018 (24 horas após o protocolo da impugnação)**, sob pena

de invalidação do certame, pois, diante do silêncio restará inviável a formulação adequada e satisfatória das propostas.

Isso por que o silêncio injustificado da Administração Pública caracteriza omissão abusiva, pois, além de restringir a competitividade do certame, ainda ofende o interesse público, pois afronta o Princípio Constitucional da Publicidade, cuja finalidade é atribuir transparência e permitir o controle e fiscalização do Estado por toda a coletividade.

IV – DAS IRREGULARIDADE DO EDITAL

As irregularidades constatadas estão presentes nos itens do edital e Anexos:

“7. DA HABILITAÇÃO:

(...)

7.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

(...)

b) Declaração de que a licitante sendo declarada vencedora do certame disponibilizará uma rede de postos de serviço credenciado em todo o Estado do Rio Grande do Sul, com distância máxima de 60 km entre eles, de forma a permitir um atendimento continuado para veículos em viagens pelo Estado e interior.”

Ainda, há de se ressaltar que, ao compulsar os termos do edital, constata-se que o mesmo não conta com a exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira por intermédio de apresentação de balanço patrimonial, com as devidas

demonstrações contábeis do último exercício, conforme estabelece o Art. 31, I, da Lei Federal 8.666/93:

“7.1.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

7.2. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

7.2.1. Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

7.3 A licitante, beneficiária da Lei Complementar 123/2006, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos no item 7.1.3 e 7.1.4 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 5 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.3.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.3.2. Ocorrendo a situação prevista no item 7.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.3.3. O benefício de que trata o item 7.3 não eximirá a licitante da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.3.4. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, alínea a, deste edital.

7.4. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.”

Apresentados os itens impugnados passaremos a trata-los pontualmente.

V – DAS RAZÕES

V.1 – DA EXIGÊNCIA DE REDE CREDENCIADA EXCESSIVA

Ao compulsar o Edital, é de se constatar que existem em subitens, exigências extremamente excessivas, no que diz respeito a rede credenciada, segue:

“7.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

(...)

b) Declaração de que a licitante sendo declarada vencedora do certame disponibilizará uma rede de postos de serviço credenciado em todo o Estado do Rio Grande do Sul, com distância máxima de 60 km entre eles, de forma a permitir um

atendimento continuado para veículos em viagens pelo Estado e interior.”

A rede credenciada exigida pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO**, é extremamente excessiva, ao passo que a maioria dos veículos contam com uma autonomia de rodagem na casa dos 400 km (quatrocentos quilômetros).

Logo, resta claro que as exigências acima destacadas são excessivas e desnecessária, cujo objetivo é tão somente para frustrar o caráter competitivo e privilegiar as empresas que já possuem rede credenciada formada no Estado, em especial a atual contratada.

Assim, de posse do edital e análise de seu conteúdo, da qual se constatou irregularidade insanável, as quais macula de forma cabal os Princípios norteadores da licitação, fazendo com que recaia sobre o processo uma nulidade absoluta.

É consabido que a Administração Pública ao confeccionar o edital deve definir o objeto de forma “precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição” (art. 3º, II, da Lei 10.520/02).

Até mesmo porque é vedado aos agentes públicos “admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, (...) ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato (...)” (art. 3º, § 1º, I da Lei 8.666/93)

Consoante dispõe o subitem 7.5, alínea “b” do Edital as licitantes deverão comprovar possuir uma vasta rede de estabelecimentos credenciados, a qual engloba um grande número de localidades e de estabelecimentos, dotados de equipamentos para aceitar transações com cartões dos usuários do sistema “**com distância máxima de 60 km entre**

eles, de forma a permitir um atendimento continuado para veículos em viagens pelo Estado e interior”, ou seja, exigência extremamente excessiva.

A rede credenciada exigida pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO/RS**, é extremamente excessiva, ao passo que se atendida irá contemplar mais de 50 (cinquenta) localidades de distam 60km (sessenta quilômetros) do município.

Cabe ressaltar, que tal exigência de ter manter rede credenciada num raio máximo de 60km (sessenta quilômetros) do Município de Morro Espumoso, é tecnicamente impossível, pois, é notório que a viabilidade econômica, localização, volume de trânsito irá influenciar a instalação de qualquer comercialização de peças e prestação de serviços de manutenção, afinal, certamente não será possível efetivar credenciamento de estabelecimentos em todas as localidades citadas, se nas mesmas não houver estabelecimentos aptos ao atendimento nas localidades, haja vista que algumas pode sequer existir.

A exigência estabelecida no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2018** mostra-se, portanto, excessiva, contrariando o art. 3º, inciso II, da Lei nº 10.520/02, o qual estabelece que *“a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição”*.

Logo, não pode o agente público ao formular o edital inserir cláusula ou condição desarrazoada, e que com isso impeça o caráter competitivo do certame. Afinal, qualquer exigência anormal e excessiva deve ter sua necessidade comprovada por estudo técnico que a justifique.

Assim, ao exigir tão vasta rede credenciada a Administração Pública está agindo com excesso, o qual não foi devidamente justificado por meio de parecer técnico do

ente público que comprove a real necessidade de uma rede tão vasta de estabelecimentos credenciados.

As exigências acima são extremamente abusivas e desproporcionais, pois, antes mesmo da efetiva contratação as empresas gerenciadoras interessadas no certame deverão promover a captação de estabelecimentos localizados, numa distância máxima de 60km (sessenta quilômetros) entre eles, deve a empresa licitante realizar o prévio credenciamento em todas as cidades num raio de 60km (sessenta quilômetros), tal exigência se mostra restritiva e impedirá que demais gerenciadoras participem do certame.

Conforme vem sendo relatado, consta do instrumento convocatório a exigência de rede credenciada excessiva, para tanto destacamos a decisão proferida pelo **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**, que entende pela irregularidade de exigência de rede credenciada excessiva, uma vez que limita a participação de mais empresas interessadas no certame, não houve a indicação de um prévio estudo técnico, conforme o acordão abaixo:

“GRUPO I – CLASSE VII – PLENÁRIO - TC
022.682/2013-9 - Natureza:

Representação - Unidade: Conselho Federal de Contabilidade (CFC) - Representante: Planinvesti Administração e Serviços Ltda. (art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993). Advogado constituído nos autos: não há.

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR. PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE VALES REFEIÇÃO E ALIMENTAÇÃO. EXIGÊNCIA DE QUANTIDADE MÍNIMA DE REDE CREDENCIADA. OITIVA PRÉVIA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. INDEFERIMENTO DA CAUTELAR. EXPEDIÇÃO DE ORIENTAÇÃO AO CONSELHO FEDERAL.

Na licitação para contratação de empresa especializada no fornecimento de vale alimentação ou vale refeição, na forma de cartão eletrônico ou tecnologia similar, **apesar de discricionária a fixação do número mínimo de estabelecimentos credenciados, faz-se necessário que os critérios técnicos referentes à fixação do quantitativo mínimo estejam em consonância com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, além de claramente definidos e fundamentados no processo licitatório, devendo tais critérios ser oriundos de levantamentos estatísticos, parâmetros e de estudos previamente realizados, consoante os precedentes Acórdãos 2.367/2011 e 1.071/2009, ambos do Plenário.**”

Destarte, resta irrefragável que as exigências contidas nos itens ora impugnados estampados no instrumento convocatório são excessivas e colocarão em risco o caráter competitivo do certame em testilha, uma vez que diminuirá significativamente o número de participantes, e, conseqüentemente, impedirão a participação de empresas que possuem capacidade para prestar o serviço e melhores taxas, colocando assim em risco o princípio da proposta mais vantajosa.

Desta feita, requer se digne Vossa Senhoria em respeito aos princípios norteadores da Administração Pública rever a exigência do **SUBITEM 7.5, ALÍNEA “b” e quaisquer outros que exijam tamanha rede excessiva**, para que seja exigido uma distância razoável entre os estabelecimentos credenciados, de acordo com as reais necessidades do Órgão.

**V.2 – EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS NÃO
ELENCADOS NA LEI DE LICITAÇÕES E EM CONTRATIEDADE À
SÚMULA Nº 272/2012**

O Subitem 7.5, alínea “b”, ainda, traz nova ilegalidade ao edital, pois como dito anteriormente, inclui exigências não previstas no art. 30, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, ao requerer apresentação de rede credenciada durante a habilitação:

“7. DA HABILITAÇÃO:

(...)

7.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

(...)

b) Declaração de que a licitante sendo declarada vencedora do certame disponibilizará uma rede de postos de serviço credenciado em todo o Estado do Rio Grande do Sul, com distância máxima de 60 km entre eles, de forma a permitir um atendimento continuado para veículos em viagens pelo Estado e interior.”

A Corte de Contas Federal tem mostrado que este é um entendimento pacífico:

O art. 30, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, estabelece que comprovação de aptidão para desempenho de atividade deve ser pertinente e compatível, em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação. A melhor exegese da norma é a de que a referida comprovação de aptidão deva ser demonstrada exclusivamente mediante a comprovação de serviços similares. Nesse sentido, o § 5º do referido art. 30, veda a exigência de comprovação de aptidão com quaisquer limitações não previstas na Lei que inibam a participação na

licitação. Acórdão 2382/2008 Plenário (Voto do Ministro Relator)

Abstenha-se de estabelecer exigências que extrapolem os comandos contidos no art. 30, inciso III, §§ 1º, inciso I, 2º e 6º, da Lei nº 8.666/1993, nos procedimentos licitatórios envolvendo a aplicação de recursos federais. Acórdão 800/2008 Plenário

Esta descabida exigência além de extrapolar o rol de documentos permitidos para a fase de habilitação, se mostra restritiva à competitividade, pois de forma indireta está condicionando que as Licitantes credenciem Rede de Estabelecimentos no decorrer da licitação, o que constitui ônus financeiro e operacional desarrazoado para as empresas competidoras. Esta prática adotada vai na contramão do entendimento da Corte de Contas da União.

Ademais, sobre o a exigências prévias que por sua natureza geram ônus as licitantes, cumpre destacar que tal prática é vedada pelo Tribunal de Contas da União, que inclusive sumulou a matéria, vejamos:

“Súmula nº 272/2012: No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.”

O momento correto para a apresentação de Rede Credenciada é na assinatura do contrato, e este entendimento está concatenado pelo Tribunal de Contas da União conforme os **Acórdãos 1884/2010, 307/2011, 2962/2012, 3400/2012 e 1.718/2013**, todos do Plenário e consolidado com a seguinte decisão:

“E também que, conforme jurisprudência do Tribunal.

“o momento adequado para a exigência de apresentação

da rede credenciada é quando da contratação, concedendo ao licitante vencedor prazo razoável para tanto, de forma a garantir uma boa prestação do serviço sem causar qualquer prejuízo à competitividade do certame”. A inclusão dessa exigência no decorrer da licitação, portanto, “constitui ônus financeiro e operacional desarrazoado para as empresas competidoras” (Acórdão 686/2013-Plenário, TC 007.726/2013-9, relator Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, 27.3.2013.)

Resta fundamentado que o momento correto da apresentação da Rede Credenciada é na execução do contrato, dado ainda prazo razoável para sua implementação.

V.3 – DA FALTA DE EXIGÊNCIA DE BALANÇO PATRIMONIAL

Estabelece o Art.31, I da Lei Federal nº 8.666/93:

“Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;”

É dizer, o estatuto de licitações prevê expressamente que, com a finalidade de se comprovar a boa situação financeira da empresa, deve ser exigido das licitantes o balanço patrimonial, pois é documento idôneo para demonstrar de fato a saúde financeira de qualquer sociedade empresária.

Ocorre que o Edital de Pregão nº 037/2018, em seu subitem 7.1.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, não exige que as licitantes comprovem sua qualificação econômico-financeira por meio de balanço patrimonial, situação essa que viola expressamente o texto legal.

Ressalta-se que a administração pública se encontra vinculada ao princípio da legalidade, disposto tanto no Art. 37 da Constituição Federal como em praticamente toda norma referente à Administração Pública na legislação brasileira. Desse modo, existindo a exigência específica e expressa em Lei, no caso, no Art. 31, I da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura Municipal de Espumoso/RS não está autorizada a desconsiderar tal mandamento.

Assim, a expedição de Edital de licitação do qual carecem requisitos mínimos previstos na Lei Federal nº 8.666/93 é um ato administrativo manifestamente ilegal, devendo ser anulado e revisto, conforme disposto no Art. 53¹ da Lei Federal nº 9.784/99, cominado com o Art. 10 e 11² da Lei Estadual nº 10.777/98, normas essas que exprimem a ilegalidade de atos administrativos praticados em contrariedade à Lei e, principalmente, o correspondente dever por parte dos respectivos agentes públicos responsáveis de anular tais atos, dada a premente impossibilidade de convalidação.

VI – DOS PEDIDOS

Dentro desta ordem de ponderações e, diante das evidenciadas provas a Impugnante requer se digne o Emérito Julgador a **JULGAR PROCEDENTE A PRESENTE IMPUGNAÇÃO**, e que seja:

¹ Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

² Artigo 10 - A Administração anulará seus atos inválidos, de ofício ou por provocação de pessoa interessada, salvo quando:

I - ultrapassado o prazo de 10 (dez) anos contado de sua produção;

II - da irregularidade não resultar qualquer prejuízo;

III - forem passíveis de convalidação.

Artigo 11 - A Administração poderá convalidar seus atos inválidos, quando a invalidade decorrer de vício de competência ou de ordem formal, desde que:

I - na hipótese de vício de competência, a convalidação seja feita pela autoridade titulada para a prática do ato, e não se trate de competência indelegável;

II - na hipótese de vício formal, este possa ser suprido de modo eficaz;

§ 1.º - Não será admitida a convalidação quando dela resultar prejuízo à Administração ou a terceiros ou quando se tratar de ato impugnado.

§ 2.º - A convalidação será sempre formalizada por ato motivado.

Matriz: Calçada Canopo, nº 11, 2º andar, Sala 03 – Centro Apoio II, Bairro de Alphaville - Santana do Parnaíba/ SP - CEP 06502-160

Filial: Rua açu, 47 – Alphaville Empresarial – Campinas/SP – CEP: 13.098-335 EDITAIS@PRIMEBENEFICIOS.COM.BR

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Este Documento pode ser visualizado pelo link:

1. Destarte, requer o recebimento da presente matéria com a **IMEDIATA SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 037/2018**, e como direta obediência ao princípio da legalidade a retificação do edital convocatório com as adequações;
2. Seja examinada a ilegalidade e motivação da exigência dos Subitens 7.5, alínea “b”, e, quaisquer outros do Edital, seus Anexos e da Minuta de Contrato que exijam tamanha rede excessiva e a apresentação da rede de estabelecimentos credenciados na fase de habilitação;
3. Requer-se a análise quanto a legalidade de realização do procedimento licitatório para contratação do objeto em comento sem a exigência de apresentação de balanço patrimonial, que é documento essencial para comprovação da boa situação financeira da empresa;
4. Caso não seja possível deferir os pedidos anteriores requer **CÓPIAS COMPLETAS** do processo licitatório para análise do Ministério Público e Tribunal de Contas da União.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Santana de Parnaíba/SP, 17 de agosto de 2018.



Assinado de forma digital
por RENATO LOPES

Dados: 2018.08.17 10:53:28
-03'00'

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

RENATO LOPES – OAB/SP 406.595-B